



OS PODERES LOCAIS E A EDUCAÇÃO:

DAS MARGENS DO SISTEMA PARA O CENTRO DAS POLÍTICAS

# O QUE ESTÁ HOJE EM DEBATE ?



## **Evolução das duas características principais da relação do Estado com os municípios na educação**

**Subordinação e  
subalternidade dos  
poderes locais face ao  
poder central**

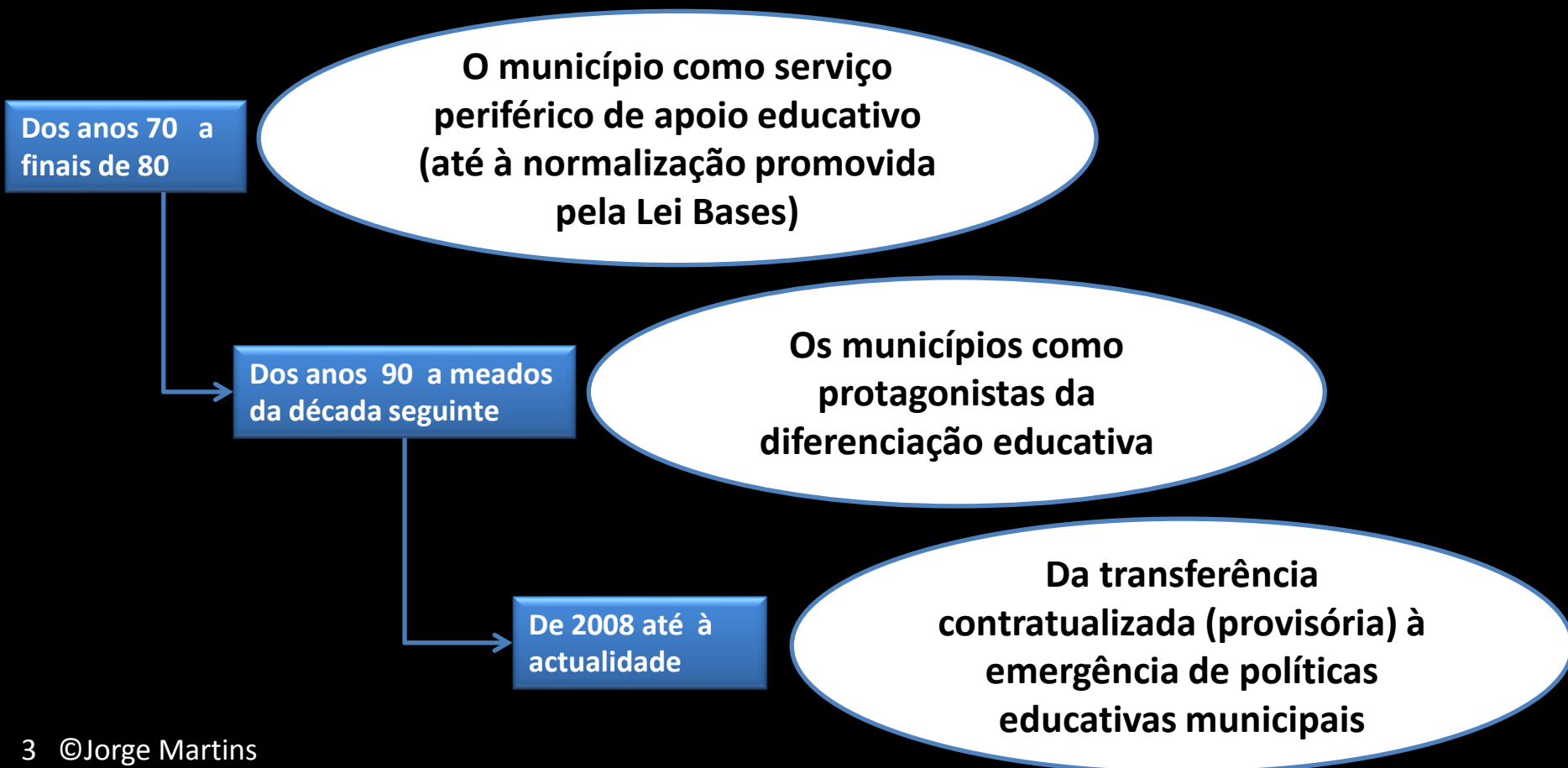


**Reconhecimento dos  
municípios como gestores  
de algumas funções-  
chave dos subsistemas  
educativos locais**

**A tentativa de conjugação explica o desenvolvimento tardio, confuso e aparente da descentralização bem como das suas fases e instrumentos jurídico-administrativos.**



## Fases do processo da “descentralização” educativa municipal





## 1ª Fase: Construção normativa e social da descentralização no início da década de 1980

A relação das autarquias com a educação pouco mais era, então, do que a relação fria e burocrática dos municípios com as escolas e com a administração central, assim se generalizando a ideia de que a acção educacional das câmaras se resumia à:

- construção, conservação e equipamento de jardins de infância e escolas do 1º ciclo,
- acção social escolar para os mais pequenos,
- transportes escolares,
- organização de actividades de complemento educativo e, nalguns casos,
- criação de condições para a educação recorrente e extra-escolar dos adultos.



## 1ª Fase: Consequências do desequilíbrio produzido pela normalização da LBSE

Em matéria de política educativa, o desequilíbrio entre  
desconcentração e descentralização

ficou plasmado em 1986 com o sentido normalizador da LBSE.

Como consequência, o maior poder da desconcentração sobre a descentralização alimentou sempre alguma conflitualidade embora rapidamente as câmaras municipais se tivessem revelado como os protagonistas apropriados para a execução de políticas orientadas pelos princípios da

especialização  
diferenciação  
subsidiariedade



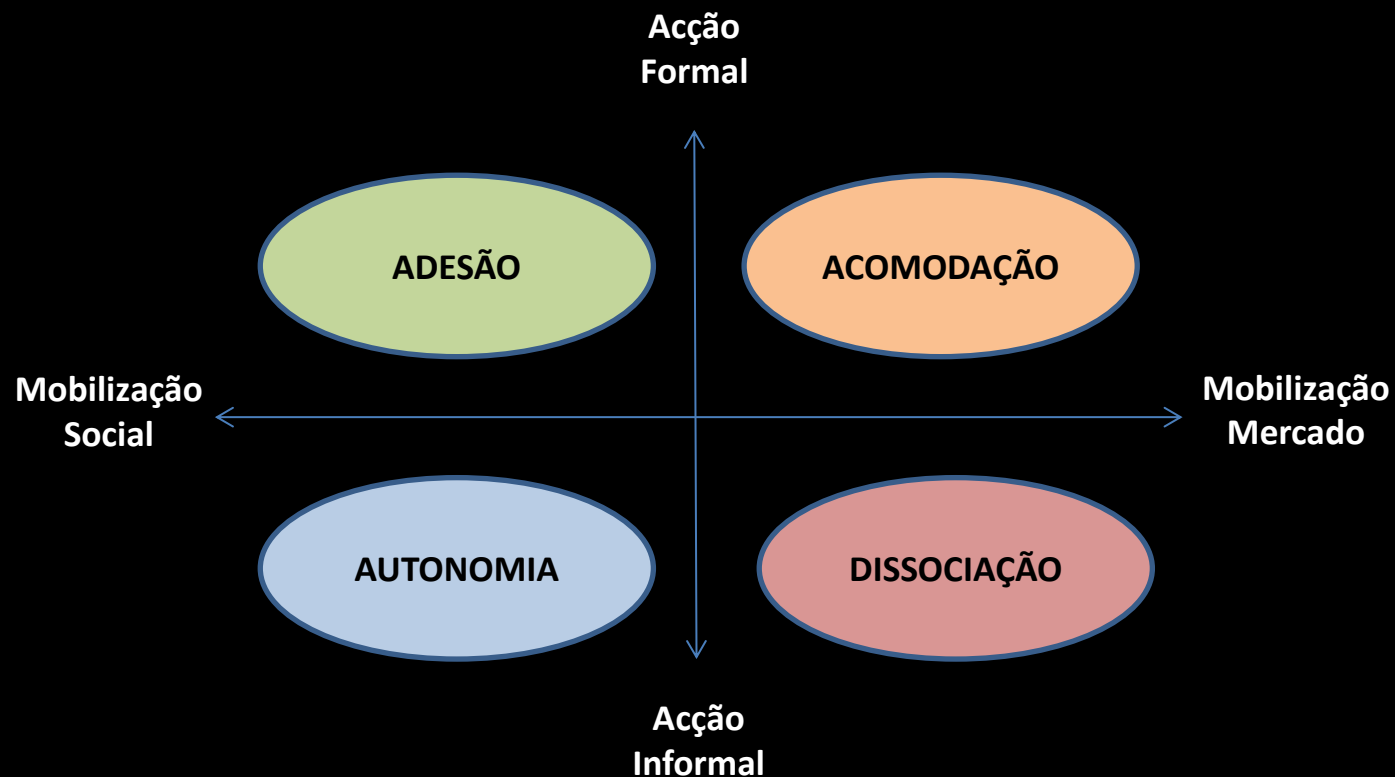
## 2ª Fase: O município como um agente público na promoção e coordenação local da política educativa.

Algumas **medidas relevantes** que caracterizam esta fase:

- Criação de conselhos locais de educação,
- promoção de projectos em parceria com as escolas,
- criação de centros escolares,
- criação de dispositivos de formação profissional,
- contratação de educadores, professores e pessoal auxiliar
- oferta de actividades de complemento e enriquecimento curricular,
- elaboração de cartas educativas
- reordenamento da rede



## 2ª Fase: Lógicas de acção educativa dos governos locais





**3ª Fase: Da transferência contratualizada e provisória à emergência de políticas educativas municipais. A micro-regulação, os novos poderes locais e a escola pública em perda.**

Dois sinais interligados caracterizam esta terceira fase da descentralização: por um lado, a **gradual substituição da regulação uniforme e universal do sistema pelo hibridismo da microrregulação local dos subsistemas, favorecida por contratos para a transferência de competências e,**

por outro lado, a **mudança de alvo da conflitualidade entre o Estado e os municípios, produzida pelo afastamento daquele em relação a estes e pelo aparecimento de novos actores locais no centro das políticas:** (mega)agrupamentos, CIM's, AM's, grupos de interesses, serviços educativos privados.





### 3ª Fase: Riscos do “efeito mosaico” formado pela variedade de estatuto municipal

A intervenção educacional dos municípios representa então uma outra **“descentralização”, formal e informal, que vai muito para lá da LBSE e que se revela cada vez mais exposta à cristalização do dualismo social**, à dependência financeira face a estruturas político-administrativas intermédias (CIM e AM), a parcerias público-público e público-privado e a financiamentos comunitários; **E ao efeito mosaico de microrregulações produzidas pelos diversos modelos de contratualização existentes no terreno:**

1. municípios sem contratos (168 municípios)
2. municípios com os contratos de execução de 2008 (110 municípios)
3. municípios com contratos os interadministrativos de 2015 (14 municípios)
4. municípios em transição entre os dois tipos de contratos (?)



### 3ª Fase: Riscos da mudança de alvo da conflitualidade entre o Estado e os municípios

Quanto à mudança de alvo de conflitualidade nas relações entre o Estado e os municípios, a questão prende-se com a crescente **desresponsabilização da administração central em relação ao ensino público e à sua qualidade** – fenómeno também designado por **desestatização das escolas e municipalização da gestão do sistema público educativo** – agravada pelo simultâneo **favorecimento do ensino privado**.



## Hoje estaremos no anúncio de uma nova fase?

O que está hoje em debate na sociedade portuguesa são **os meios e o modo de reconduzir a descentralização aos seus princípios constitucionais, de corrigir a perversa divisão de tarefas educativas e formativas que se foi cristalizando no processo de equilíbrio entre centralização e desresponsabilização, de esclarecer a quem compete o quê e de (re)ganhar a qualidade, a coesão e a confiança social da escola pública.**